

Rádio que virou partido: jornalismo declaratório e passividade na cobertura eleitoral do Jornal da Manhã da Jovem Pan

Radio that became a party: declaratory journalism and passivity in Jovem Pan's Jornal da Manhã electoral coverage

La radio que se convirtió en partido político: periodismo declarativo y pasividad en la cobertura electoral del Jornal da Manhã de Jovem Pan

Luãn Chagas; Marcio Camilo da Cruz

Resumo

O artigo realiza uma análise sobre a seleção das fontes na cobertura das convenções eleitorais de 2022 dos candidatos Jair Messias Bolsonaro, Luiz Inácio Lula da Silva e Ciro Gomes no Jornal da Manhã da Jovem Pan. O objetivo foi comprovar a recorrência das principais vozes e temáticas selecionadas e a incidência do jornalismo declaratório no principal radiojornal matinal da emissora. A partir de uma análise de conteúdo da tipologia de fontes, da quantidade de vozes por notícia e da utilização das sonoras foi possível perceber a partidarização pró-governista da emissora, que utiliza o "ethos jornalístico" para evidenciar a pauta neoconservadora.

Palavras-chave: Radiojornalismo; Jovem Pan; Jornalismo Declaratório; Fontes.

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 22/08/2022 aceito em: 20/12/2022.

>> **Como citar este texto:**

CHAGAS, Luãn; DA CRUZ, Marcio. Rádio que virou partido: jornalismo declaratório e passividade na cobertura eleitoral do Jornal da Manhã da Jovem Pan. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 13, n. 02, p. 33-52, jan./abr. 2022.

Sobre os autores

Luãn Chagas
luaanchagas@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2491-8479>

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e da Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutor em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com estágio doutoral na Universidad Complutense de Madrid (Espanha). Coordenador do Projeto de Pesquisa em Áudio e Jornalismo (AudioJor-UFMT) e do Projeto de Extensão em Rádio e Podcast (Comunicast). Membro dos grupos de pesquisa Ciclo (Comunicação e Cidadania) e Mediações e Interações Radiofônicas.

Marcio Camilo da Cruz
camilo.jornalismo@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0012-6207>

Jornalista e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Abstract

The article performs an analysis on the selection of sources in the coverage of the 2022 electoral conventions of the candidates Jair Messias Bolsonaro, Luiz Inácio Lula da Silva and Ciro Gomes in Jornal da Manhã da Jovem Pan. The objective was to prove the recurrence of the main voices and selected themes and the incidence of declaratory journalism in the main morning newspaper of the station. From a content analysis of the typology of sources, the number of voices per news and the use of sound, it was possible to perceive the pro-government partisanship of the station in which it uses the "journalistic ethos" to highlight the neoconservative agenda.

Keywords: Radio journalism; Jovem pan; Declaratory journalism; Sources.

Resumen

El artículo realiza un análisis sobre la selección de fuentes en la cobertura de las convenciones electorales de 2022 de los candidatos Jair Messias Bolsonaro, Luiz Inácio Lula da Silva y Ciro Gomes en el Jornal da Manhã da Jovem Pan. El objetivo fue comprobar la recurrencia de las principales voces y temas seleccionados y la incidencia del periodismo declarativo en el principal matutino de la emisora. A partir de un análisis de contenido de la tipología de fuentes, el número de voces por noticia y el uso del sonido, se pudo percibir la partidización oficialista de la emisora en la que utiliza el "ethos periodístico" para resaltar la agenda neoconservadora.

Palabras clave: Periodismo radiofónico; Jovem pan; Periodismo declarativo; Fuentes.

Introdução

A "Rádio que virou TV", como se autointitula a Jovem Pan, foi capa na edição de agosto da Revista Piauí, que detalha as estratégias visuais e políticas da emissora evidenciando a abordagem neoconservadora e de extrema direita em programas jornalísticos e de entretenimento. Em um estudo anterior sobre o programa "Os Pingo Nos Is", foi possível identificar as palavras e os argumentos direcionados à vacina contra a Covid-19 baseadas em argumentos negacionistas e na anticiência (CRUZ; CHAGAS, 2021).

O número de visualizações dos diversos programas da emissora no Youtube demonstra a força do espaço radiofônico nas características do Rádio Expandido (KISCHINHEVSKY, 2016) e Hipermediático (LOPEZ, 2010). Na mesma dimensão, chama a atenção a forma de abordagem diante de dados como o da décima edição do Relatório do Instituto Reuters⁵, construídos a partir de questionários aplicados em 46 mercados de mídia do mundo entre janeiro e fevereiro de 2021. O documento mostra um crescimento da confiança nas notícias de meios tradicionais e tem o Youtube (62%) como principal plataforma de busca e consumo de notícias ao lado do Facebook (61%) e WhatsApp (52%).

Diante deste cenário, o objetivo do artigo é analisar a seleção das fontes e as declarações na cobertura das convenções partidárias⁶ de 2022 no Jornal da Manhã da Jovem Pan. A escolha se dá em virtude de o jornal utilizar as características do Radiojornalismo e seus formatos na produção das informações. Ao contrário de programas como Pânico, Morning Show e Pingo nos Is, da mesma emissora, o Jornal da Manhã se propõe a realizar uma divisão entre a produção informativa e a opinativa. Para isso, realizamos uma análise de conteúdo das reportagens sobre a cobertura eleitoral nos programas realizados após as convenções dos três candidatos mais bem colocados nas pesquisas de intenção de voto de 2022: Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Messias Bolsonaro (PL) e Ciro Gomes (PDT). As datas dos programas

5 Digital News Report 2021. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2021-06/Digital_News_Report_2021_FINAL.pdf. Acesso em julho de 2021.

6 Segundo o site do TSE, baseado no código eleitoral, “Convenções partidárias são reuniões de filiados a um partido político para julgamento de assuntos de interesse do grupo ou para escolha de candidatos e formação de coligações (união de dois ou mais partidos a fim de disputarem eleições). Conforme estabelece a Lei nº 13.165/2015, Lei da Reforma Política, as convenções devem ocorrer no período de 20 de julho a 5 de agosto do ano eleitoral”. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/processo-eleitoral-brasileiro/candidaturas/convencoes-partidarias>. Acesso em novembro de 2022.

selecionados para análise foram 21 de julho⁷, 22 de julho⁸ e 25 de julho⁹ do corrente ano.

Para entender as características da seleção das fontes e declarações no referido programa recorreremos a uma perspectiva multimétodo que busca “dar conta de uma radiofonia que abarca elementos parassonoros, exigindo do pesquisador atenção não apenas ao conteúdo veiculado em ondas hertzianas, mas a sua replicação em sites, considerando-se o que caracteriza sua publicação em outras plataformas e toda a comunicação que se engendra a partir daí” (KISCHINHEVSKY, 2016b, p. 291).

Jornalismo Declaratório: algumas definições e exemplos

Segundo Tambosi (2005), o Jornalismo Declaratório (JD) pode ser entendido como um tipo de matéria – seja de rádio, TV, online ou impresso – baseada exclusivamente nas declarações das fontes. De fato, os estudos sobre o tema no campo da Comunicação ainda são recentes, mas, por outro lado, a cada dia ganham atenção de pesquisadores e dos profissionais da área. Há uma discussão sobre o JD, principalmente sobre a sua utilização em coberturas políticas. Segundo Oliveira (2018), sem a devida apuração, as declarações podem se tornar propaganda, bem como favorecer ideologias, posicionamentos estratégicos políticos, além incitar o ódio e a guerra contra outra nação, como foi o caso da Guerra do Iraque.

Pesquisadores vêm percebendo uma crescente do JD na produção das notícias, desde meados dos anos 2000. Os professores Rubim e Colling (2006), por exemplo, ao analisarem a cobertura da grande imprensa durante as eleições presidenciais de 2006, notaram como a produção de veículos da imprensa hegemônica, como a Revista *Veja* e o jornal *A Folha de S. Paulo*, se limitaram a

7 Jornal da Manhã. 21 de julho de 2022. 367.929 visualizações. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BUCVsOfzNbo&list=PLqqsvkz8o1YXGkavtqpqz-MONoT9d7gns&index=48>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

8 Jornal da Manhã. 22 de julho de 2022. 386.029 visualizações. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ShUoEU8PUy8&list=PLqqsvkz8o1YXGkavtqpqz-MONoT9d7gns&index=47>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

9 Jornal da Manhã. 25 de julho de 2022. 378.671 visualizações. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vt_bHKYLns&list=PLqqsvkz8o1YXGkavtqpqz-MONoT9d7gns&index=43. Acesso em 20 de agosto de 2022.

“reportagens” baseadas, em sua grande maioria, em declarações e dossiês sobre casos de corrupção que, no fim das contas, não se sustentavam.

Conforme os mesmos autores (2006), no declaratório, “cabe ao repórter apenas a tarefa de coletar as declarações das fontes, sem nenhuma preocupação em saber se as informações são verdadeiras ou não” (idem, p. 181). Oliveira (2018) também entende que as declarações devem funcionar como ponto de partida para produção de matérias. No entanto, o autor tem uma visão mais ponderada sobre o JD ao dizer que a prática não pode ser condenada sumariamente, tendo em vista que as declarações são aspectos importantes na construção de uma matéria. Para o autor, por mais contraditório que seja, os usos das declarações são necessários para o jornalismo, principalmente para o jornalismo diário. O problema, segundo ele, é quando não se verifica devidamente uma declaração importante, e isso pode ser uma “arma midiática letal” (OLIVEIRA, 2018, p. 55) para políticos e organizações interessadas em impor suas ideologias hegemônicas.

Mais recentemente, podemos identificar a prática do JD e o “sumiço do Jornalismo Investigativo” (NASCIMENTO, 2017) durante a cobertura das ações da força-tarefa da Lava Jato, formada pela Polícia Federal, Ministério Público e Poder Judiciário.

Gonçalves (2018) cita, por exemplo, uma reportagem do portal UOL, de abril de 2017, baseada exclusivamente na delação premiada do empreiteiro Léo Pinheiro sobre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter recebido um apartamento triplex no Guarujá-SP, como forma de propina para beneficiar a empreiteira OAS em contratos com a Petrobras. Gonçalves (2018) ressalta que não apenas o UOL, mas diversos veículos de comunicação se apropriaram das falas do ex-presidente da OAS para produzir reportagens baseadas no declaratório, que tiveram repercussão internacional, inclusive. A autora avalia a manifestação do JD na reportagem levando em conta a escolha do título e a grande quantidade de aspas utilizadas no texto:

No título já encontramos indícios de jornalismo declaratório: “Triplex do Guarujá era de Lula, diz Léo Pinheiro a Moro na Lava Jato”. A matéria dá

credibilidade a apenas uma fonte, às declarações feitas por ela e não economiza nas aspas. No texto são recorrentes: "segundo Léo Pinheiro", "afirmou o ex-presidente da OAS", "Pinheiro diz"; para lançar mão das denúncias contra Lula. Trata-se, portanto, de uma reportagem construída apenas com base nessas declarações. Não há, na matéria, nenhuma outra entrevista feita pelo próprio jornalista ou provas colhidas por ele. O portal apenas se apropriou das declarações de Léo Pinheiro e as transformou em uma reportagem. É importante frisar que isso não aconteceu apenas no UOL, praticamente todos os veículos de comunicação se utilizaram da voz de Pinheiro, por meio do jornalismo declaratório, para sustentar a denúncia. (GONÇALVES, 2018, p. 40).

A teoria do *newsmaking* chama a atenção sobre "o relacionamento dos jornalistas com a fonte" (LOPEZ E RUTILLI, 2014, p. 177) como parte do processo de construção das notícias. A *capacidade de negociação* é outra premissa importante para a investigação das características do JD durante o período eleitoral. É possível observar que o JD é muito mais do que aparenta ser. Em um tipo de produção de notícias mais factual, do dia a dia, sua manifestação tende a ser naturalizada ao tratar declarações assertivas (SPONHOLZ, 2009) como verdades absolutas ou como os fatos falando por si só (MORETZSOHN, 2007). Dessa forma, o JD pode estar carregado de intencionalidades, que por trás de notícias aparentemente simplórias, revelam disputas de narrativas, de poder e de imposição de ideologias hegemônicas.

O fetiche da velocidade (MORETZSOHN, 2002), que se traduz com rotinas produtivas aceleradas, acompanhadas da precarização do trabalho (FIGARO E SILVA, 2020), atrapalham uma produção jornalística mais elaborada e salutar à democracia. Esses problemas estruturais podem condicionar ou até mesmo obrigar os(as) repórteres a fazer uma cobertura dos acontecimentos políticos voltada mais para o confronto, para o declaratório. No entanto, é importante observar que, acompanhado das rotinas produtivas precarizadas, encontra-se o *ethos* jornalístico (ARAÚJO; FEITOSA; MARIA; OLIVEIRA E ÚRSULA, 2017), e aqui nos referimos especialmente dentro da editoria de Política.

Araújo, Feitosa, Maria, Oliveira e Úrsula (2017) constroem a ideia de um *ethos* na profissão, a partir do conceito de campo, do sociólogo Pierre Bourdieu (1989). Para o autor, os campos de interação social estão permeados de poder.

Trata-se de palcos de interação social, em que os atores travam disputas simbólicas e interpretam diferentes papéis da vida real (idem). Nesse sentido, tanto o campo político quanto o jornalístico são constituídos a partir dos diferentes papéis desempenhados pelos atores que estão inseridos nesses universos. São esferas de interação social, que constroem seus sentidos e símbolos, interagindo entre si.

No universo político, os agentes travam debates, tanto em momentos eleitorais quanto no cotidiano governativo, no sentido de construir alternativas de governo que sejam legitimadas pela população por meio do voto direto ou —o que nem sempre é verdadeiro— mediante uma representação conectada com o sentimento popular. Nesse sentido, Bourdieu (1998) defende que o campo político é um universo de produção simbólica em que os agentes procuram impor suas categorias de divisão social a partir de visões de mundo específicas (ARAÚJO; FEITOSA; MARIA; OLIVEIRA E ÚRSULA, 2017, p.184).

Por outro lado, o campo do jornalismo busca se legitimar perante a opinião pública confrontando o campo político, ao produzir, por exemplo, matérias sobre denúncias de desvio de verba pública e tantos outros casos de corrupção.

(...) o campo jornalístico é um microcosmo social estruturado em torno de valores que configuram a cultura profissional dos agentes do campo. Tais valores são invocados como modo de legitimação do desempenho do jornalismo na esfera pública. Um desses valores assenta nas ideias de que o jornalismo é o representante da opinião pública e de que o seu trabalho reside em fiscalizar o poder político em nome da sociedade (Traquina, 2004) (ARAÚJO; FEITOSA; MARIA; OLIVEIRA e ÚRSULA, 2017, p.184).

Os mesmos autores(as) (2017) observam que essa produção simbólica do campo político é carregada de viés negativo por parte da população. Viés esse construído a partir de acontecimentos históricos da política brasileira, como o clientelismo, o coronelismo e a política de café com leite, entre os governos de São Paulo e Minas Gerais, durante a Velha República (1889-1930)¹⁰.

¹⁰ Na Velha República, se estabelece uma prática que ficou conhecida como “política dos governadores”, em que as oligarquias regionais eram quem, de fato, governavam o Brasil. Nesse período, o poder estava concentrado nos estados de São Paulo, a oligarquia dos produtores de café; e Minas Gerais, a oligarquia dos produtores de leite. Eram essas oligarquias, através de acordos políticos nada republicanos, que escolhiam qual seria o presidente da vez. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/politica-cafe-com-leite.htm>. Acesso em 14.06.2022.

Essa trajetória, por assim dizer, faz com que a população brasileira veja o campo político com muita desconfiança, entendido como um ambiente de relações espúrias, em que valores como a corrupção imperam. “Se levarmos em conta que o conhecimento público de parte importante desses acontecimentos depende do filtro jornalístico, não será difícil compreender por que o jornalismo possui um papel importante na reafirmação e na naturalização desses valores” (ARAÚJO; FEITOSA; MARIA; OLIVEIRA E ÚRSULA, 2017, p.185).

Os autores(as) (2017) ressaltam que o jornalismo não está isento desse imaginário, sendo altamente influenciado por esse “clamor público” por mais honestidade na política. E dentro desse campo jornalístico, a partir dessas tensões com o campo político, é estabelecido uma comunidade interpretativa entre os profissionais, o que os autores(as) classificam de *ethos* jornalístico.

No entanto, eles ponderam que essa aspiração a cobertura adversária tem provocado sérios danos colaterais à profissão, em muitos casos, contribuindo “para a descredibilização do sistema político e da democracia perante os cidadãos” (ARAÚJO; FEITOSA; MARIA; OLIVEIRA e ÚRSULA, p. 184). “(...) Quando isso ocorre, o jornalismo se converte em ator institucional cujo desempenho é capaz de criar, e não apenas de mediar, conflitualidades com e entre campos sociais, como o campo político e o campo judicial” (idem).

Cook (2017) observou bem esse movimento conflitual do Jornalismo Político ao estudar o comportamento de repórteres que cobriam o Congresso norte-americano, durante a década de 1990. Ele notou que os fluxos de produção de notícias se davam mais a partir de declarações polêmicas, que ora eram alimentadas entre os congressistas (democratas *versus* republicanos), ora alimentadas entre os porta-vozes da Casa Branca *versus* o Congresso. O autor observou também que um assunto virava notícia se ele carregasse consigo não valores de importância/relevância, mas sim valores de produção, calcados em imagens chamativas e um tipo de tema que pudesse favorecer um esquema de narrativa baseado em impasse e conflito, vítimas e vilões e desfecho. Caso contrário, a história dificilmente seria publicada, e se fosse, não ganharia destaque na primeira página, ficando relegada às páginas mais secundárias dos

jornais.

O conflito faz parte do processo de produção da notícia. Acima de tudo, para qualquer meio jornalístico, o que quer que a fonte faça deve fazer parte de uma narrativa. A história deve ter não só protagonistas e antagonistas em conflito, mas as ações da fonte devem mover a história até um novo episódio. Na falta de tal movimento, os jornalistas tendem a concluir que “nada aconteceu” e, portanto, não há notícia (COOK, 2011, p. 209).

Assim, dá-se a impressão de que o Jornalismo Político seria um mero objeto de instrumentalização dos políticos, que a partir de suas declarações polêmicas, buscariam orientar o noticiário a seu favor. Mas para Cook (2017), por mais que a cobertura dos bastidores da política seja voltada ao acirramento das declarações, ele pondera que, no final das contas, os políticos não têm o total controle do que sairá no noticiário. A isso, ele chama de “valores de negociação” (COOK, 2017, p. 210) entre as fontes oficiais (políticos e funcionários públicos) e os(as) repórteres.

Cook (2017) também aborda em sua teoria o aspecto do viés e da seletividade no Jornalismo Político. Destaca que é importante distinguir os diferentes vieses que há numa cobertura política. Há, por exemplo, o viés situacional, que envolve as preferências dos(das) jornalistas por determinados políticos. Preferências essas que, não necessariamente, ficam explícitas nas matérias. E há também o viés estrutural, que é quando os atores políticos, de um determinado grupo de poder, se utilizam de critérios de noticiabilidade para engendrar a imprensa. Com isso, eles conseguem aparecer no noticiário de forma sistemática e favorável.

Para Moretzshon (2007), vivenciamos uma naturalização dos fatos na compreensão dos acontecimentos no jornalismo. Esse processo faz com que a divisão entre “fato” e “opinião” seja uma demarcação comum para dizer o que seria apurado ou seria apenas parte do processo de argumentação. Por outro lado, a ascensão do jornalismo declaratório como parte da compreensão dos radiojornalistas de que “a sonora é a materialização do acontecimento”, a confiança em neopopulistas autoritários no poder, a captura de mídia em suas

novas formas de produção de conteúdos (SCHFFRIN, 2018) e o próprio populismo midiático (KRÄMER, 2014) provocaria o que chamamos de “naturalização dos pseudofatos” (CHAGAS, 2020).

Rádio que virou partido: a cobertura eleitoral no Jornal da Manhã da Jovem Pan

O artigo realiza uma análise da seleção das fontes e declarações na cobertura das convenções de 2022 no Jornal da Manhã da Jovem Pan. O radiojornal procura manter as características noticiosas em seus formatos na produção das informações dividindo a produção informativa e opinativa. Para executar o estudo, realizamos uma análise de conteúdo dos programas que foram ao ar após as convenções dos três candidatos mais bem colocados nas pesquisas de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Messias Bolsonaro (PL) e Ciro Gomes (PDT) nos dias 21 de julho¹¹, 22 de julho¹² e 25 de julho¹³.

A interpretação dos dados relativos aos programas categoriza os diferentes tipos de fontes já trabalhadas no radiojornalismo (CHAGAS, 2020). Desta forma, as frequências empíricas possibilitam delimitar a seleção de determinados tipos, como oficiais, empresariais ou populares em temáticas específicas ou até mesmo pelo próprio conjunto da cobertura eleitoral. Esses dados quantitativos, por meio da análise de conteúdo, serão unidos à discussão teórica e contextual para então gerar argumentos em conjunto com aspectos qualitativos já apresentados pelas entrevistas e observações (BARDIN, 1977).

A escolha das três edições do radiojornal é parte da etapa de pré-análise,

11 Jornal da Manhã. 21 de julho de 2022. 367.929 visualizações. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BUCVsOfzNbo&list=PLqqsvkz8oYXGkavtqpqz-MONoT9d7gns&index=48>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

12 Jornal da Manhã. 22 de julho de 2022. 386.029 visualizações. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ShUoEU8PUy8&list=PLqqsvkz8oYXGkavtqpqz-MONoT9d7gns&index=47>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

13 Jornal da Manhã. 25 de julho de 2022. 378.671 visualizações. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vt_bHKYlNs&list=PLqqsvkz8oYXGkavtqpqz-MONoT9d7gns&index=43. Acesso em 20 de agosto de 2022.

definida por Bardin (1977, p. 112), que consiste em um "processo de escolha dos documentos ou definição do *corpus* de análise; formulação das hipóteses e dos objetivos da análise; elaboração dos indicadores que fundamentam a interpretação final". Após o que chamamos aqui de escuta flutuante ou leitura flutuante nas palavras de Bardin (1977) é que se inicia a segunda etapa com a Exploração do Material ou Codificação com a inserção de categorias como a tipologia de fontes, número de fontes por notícia, fontes mais ouvidas.

Sampaio e Lycarião (2021, p. 46) destacam que as "categorias são elementos que nos dão meios para descrever o fenômeno sobre investigação, aumentando o conhecimento e gerando conhecimento". Já o livro de códigos da pesquisa irá se basear nos atributos principais do objeto aqui desenhado: as fontes utilizadas pelo Jornal da Manhã da Jovem Pan.

As categorias de fontes utilizadas para a análise serão as propostas no estudo anterior (CHAGAS, 2020, p. 57):

Oficiais – Ocupantes de cargos eletivos e funcionários do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público, em níveis federal, estadual e municipal;

Empresariais – Associações representativas dos setores comercial, financeiro, industrial, agronegócio, de serviços, corporações, consultorias;

Institucionais – Organizações do terceiro setor, organismos multilaterais, movimentos sociais, organizações sindicais;

Testemunhais – Personagens que presenciaram acontecimentos com valor-notícia atribuído por comunicadores e chefias de reportagem;

Populares – Pessoas comuns, que se apresentam como vítimas de determinada situação – um crime, uma injustiça, uma política pública ineficiente – ou lançam mão de táticas de espetacularização para conseguir visibilidade e reivindicar melhorias no seu cotidiano;

Especialistas – Profissionais com reconhecido saber científico ou conhecimento específico sobre determinado campo em torno do qual está se desenvolvendo uma cobertura jornalística;

Notáveis – Celebidades, artistas, esportistas, pessoas que

desempenham ou desempenharam atividades de grande reconhecimento social, sobre as quais se atribui variáveis valores-notícia.

Na etapa inicial de análise, as reportagens, notícias e entrevistas realizadas nos três programas ouviram 49 fontes que podem repetir os nomes ao longo da programação. Destas, 47 eram oficiais entre candidatos, mandatários de cargos públicos ou pessoas que estavam em algum cargo. Em dois casos, as fontes foram institucionais e representavam a União dos Profissionais de Inteligência de Estado da ABIN, que reforçaram a segurança da urna eletrônica após a fala de Bolsonaro aos embaixadores no Palácio do Planalto.



Figura 1: autoria própria

95,9% das fontes ouvidas foram oficiais enquanto 4,1%, institucionais. Essa preponderância da oficialidade é algo característico do jornalismo declaratório na cobertura eleitoral que ainda mantém nas vozes dos políticos a centralidade da discussão no período. A consequência disso é a construção de um noticiário que atende aos interesses de um determinado grupo político. Diante disso, surge a necessidade de se equilibrar a balança do noticiário, também dando espaço para a periferia (os cidadãos comuns) dizer o que pensa, e pautar a imprensa sobre os reais problemas sociais.

Como já discutimos mais acima, os(as) jornalistas possuem condições de negociar com as fontes o viés de uma notícia. Mas esse poder de negociação pode ficar fragilizado para o lado dos profissionais da comunicação, se acontecer um processo de dependência e passividade no jornalismo (O'NEILL e O'CONNOR, 2008). No caso da Jovem Pan fica clara a preferência pelo grupo governista nos comentários e opiniões expressas ao longo da programação.

O'Neill e O'Connor (2008) explicam que o fenômeno da passividade se dá devido à profissionalização das fontes, que conhecem os ritmos das redações e sabem o tipo de conteúdo e declarações que podem emplacar mais como notícia. Por outro lado, no caso da emissora essa relação também se explica pela radicalização e a captura de mídia em suas novas formas de produção de conteúdos (SCHFFRIN, 2018). Exemplo disso está na ausência de contraditório e a preferência pelo presidente como principal fonte nos três programas após as convenções. Em 66% das notícias, apenas uma fonte foi ouvida e nos outros 33,3% foram duas que muitas vezes concordam entre si. Esse foi o caso da convenção do PL em que Jair Bolsonaro e Michele Bolsonaro são ouvidos diversas vezes com a seleção de trechos dos discursos na convenção.

Número de Fontes por Notícia

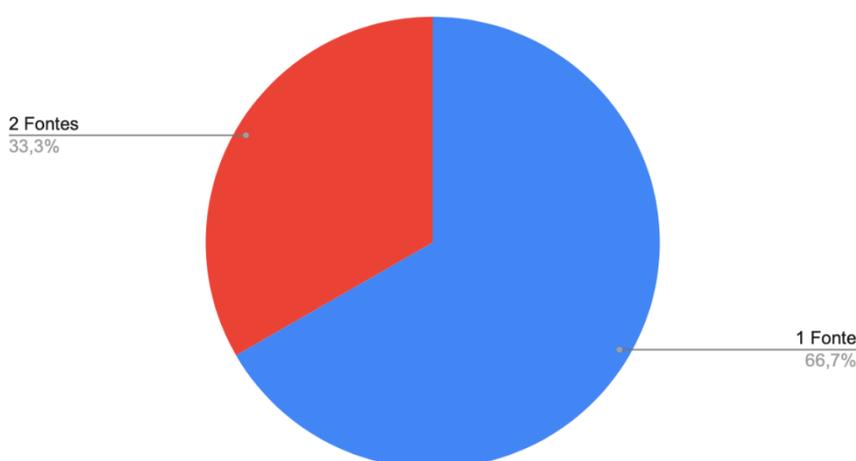
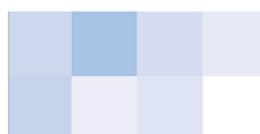
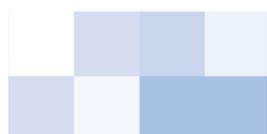


Figura 2: autoria própria

Tais situações, conforme O'Neill e O'Connor (2008), resultam em um



circuito fechado entre fontes oficiais e os(as) jornalistas, dando pouca vazão para um exercício da profissão mais voltado para as questões sociais, que atingem os cidadãos comuns no dia a dia. O resultado dessa falta de diversidade é a preponderância do discurso neoconservador, sem preocupação com a coletividade e com danos colaterais à democracia (O'NEILL e O'CONNOR, 2008).

Diante dessa passividade, os atores políticos têm a possibilidade de ditar a regra do jogo, sem muitas interferências e resistências do campo jornalístico. Assim, essas fontes oficiais ficam à vontade para nortear as políticas públicas, de acordo com os seus interesses. Nesse processo, tanto de passividade quanto de dependência, O'Neil e O'Connor (2008) reforçam que a profissão perde a ideia de autonomia e criticidade perante a sociedade atual. As autoras (2008) destacam também que a dependência das fontes oficiais e organizadas coincide com as pressões e a proximidade das instituições junto às redações jornalísticas.

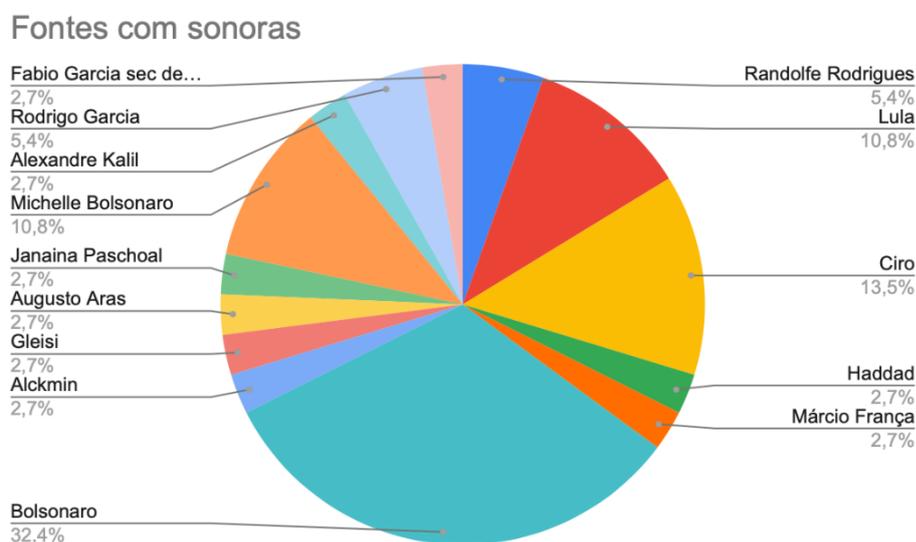


Figura 3: autoria própria

Mesmo com as convenções dos três partidos ao longo das datas selecionadas para análise, o presidente Jair Messias Bolsonaro (32,4%) é a fonte mais ouvida com sonoras durante a programação. Vale ressaltar que foram selecionadas apenas as notícias sobre as convenções partidárias, não

considerando a seleção de sonoras de Bolsonaro como mandatário da presidência da república. Ciro (13,5%) é o segundo mais ouvido, seguidos de Michele Bolsonaro (10,8%) e Lula (10,8%). A maior parte das declarações demonstram aspectos da corrida política e eleitoral em torno de temáticas que não são verificadas. O programa após a convenção do Partido Liberal (PL) em que avaliza a candidatura à reeleição do presidente Jair Messias Bolsonaro, vários trechos do discurso são apenas ratificados na reportagem sobre comunismo, Deus, críticas a Lula, o trabalho do Exército no Nordeste e a importância do auxílio emergencial. O texto do repórter concorda com o que diz o presidente e apenas constata as questões sem qualquer tipo de contraditório.

A tendência, nesse sentido, é que os profissionais tenham poucas manobras de vazão para trazer um material diferenciado aos cidadãos, que inclusive, surpreenda as fontes que foram entrevistadas, que é um dos aspectos mais importantes do caráter negocial (COOK, 2017). Com a dependência e passividade dos(das) jornalistas em alta, o que as fontes oficiais declararem, é o que será publicado e utilizado como sonora, ainda que isso seja parte do processo de desinformação ou de pseudofatos (CHAGAS, 2020).

A negociação entre os dois lados supera uma troca de diálogo mais superficial entre fontes e jornalistas na seleção das declarações. A negociação ocorre de maneira sofisticada e, via de regra, não se trata de algo declarado. O processo interacional se torna complexo ao ponto de repórteres e fontes anteverem o movimento de cada um, durante a construção da notícia. De um lado, as fontes selecionam informações, numa estratégia de controlar o noticiário. Do outro, os(as) repórteres buscam fazer previsões de qual será a reação do político, quando a matéria for publicada (COOK, 2017). "(...) o noticiário é uma co-produção constante, ainda que raramente consciente, de funcionários públicos e jornalistas" (COOK, 2017, p. 223).

A reflexão sobre a cobertura eleitoral no Jornal da Manhã torna-se necessária para entender a "função mediadora" que o jornalismo assume quando prescinde de um discurso polifônico (MEDITSCH, 2001) ou então direciona a escuta para aqueles que defendem princípios já estabelecidos pela

visão ideológica do programa. Há nesse caso não apenas a naturalização de fatos e de pseudofatos, mas uma condescendência com a ideia de Sponholz (2009) sobre as opiniões desviantes como parte do processo informativo.

O caso da Jovem Pan se assemelha ao da Gazeta do Povo pelo momento de reestruturação de jornais e emissoras de rádio no processo de rearticulação do modelo de publicidade e de atuação do próprio jornalismo ao reconhecimento dos públicos. Tavares (2020) destaca que no caso do jornal impresso que se tornou apenas digital no Paraná, a reconfiguração ocorrida em 2017 fez com que a Gazeta do Povo se tornasse "veículo que noticia temas controversos balizados a partir da sua opinião sobre eles e não pensando em oferecer interpretações equilibradas e plurais para que o leitor tire suas conclusões".

Por outro lado, ainda no contexto em que inserem Albuquerque (2018) e Tavares (2020) nessa "guinada à direita" neoconservadora, preferimos associar os posicionamentos da Jovem Pan a duas situações midiáticas na atualidade. A primeira delas é a posição estrutural de escolha da emissora em se inserir no mesmo espectro neopopulista e autoritário do presidente Jair Bolsonaro. Krämer (2014, p. 14) já destacava essas características do populismo midiático em reconhecer que a "cobertura e comentários abertamente tendenciosos também podem ser um fator de sucesso: um meio pode lucrar com a suspeita de que outros nutrem um viés oculto, enquanto o seu próprio é explicitado".

Ao citar os exemplos de Talk Radio e o embasamento em comentaristas polêmicos que defendem uma causa e se posicionam como o "outro lado" não ouvido, Krämer (2014) destaca que os rigores de apuração e investigação podem ser superados pela mídia que toma então uma posição "radical, polêmica e mais próxima das formas ideais de populismo". O segundo conceito contextual que nos ajuda a entender esses posicionamentos é o de captura de mídia de Anya Schiffrin (2018), que reconhece que as formas de controle governamentais evoluíram em conjunto com as mudanças dos negócios, do mundo digital e das alianças em torno das lucratividades. Para a autora, o contexto de crescimento de novos intermediários que baseiam o consumo e a lucratividade em dados expostos e capturados em espaços como Facebook e Google "apresentaram

novos impedimentos à capacidade da mídia de desempenhar alguns de seus papéis-chave na sociedade" (SCHIFFRIN, 2018, p. 4). Dentro dessas novas formas de captura de mídia buscam o lucro em detrimento dos interesses sociais ou de questões clássicas no jornalismo como a apuração.

Considerações finais

O caráter negocial na seleção das fontes inexistente e amplia a visibilidade das declarações bolsonaristas no Jornal da Manhã da Jovem Pan. Segundo Cook (2017), a negociação no jornalismo político também prevê que quando um repórter vai produzir uma matéria que tenha como foco a ação de um político ou do Governo, ele não irá entrevistar apenas as fontes interessadas na notícia. Ao ouvir o político A, o repórter também ouvirá o político B, além de outras fontes especializadas, como cientistas políticos. É nesse processo de apuração que a fonte interessada perde o controle da matéria e o caráter negocial se estabelece. No final das contas, segundo Cook (2017), jornalismo e política, como instituições, dependem um do outro, de maneiras diferentes. O jornalismo para concluir seu trabalho. E a política para fazer valer e aparecer seu trabalho.

É dentro desse caráter negocial que o jornalismo sai fora do eixo, afrontando e incomodando os políticos. Via de regra, os poderosos conseguem ditar regras e controlar o noticiário, mas nem sempre a coisa sai como o planejado. Os meios de comunicação, por outro lado, também podem pegar uma declaração ou um evento que seria favorável à fonte oficial, retirá-lo do contexto original, e reconstruir uma realidade (SPONHOLZ, 2009) que traga novos contextos e sentidos, a partir da apuração de outros dados e das declarações de outras fontes.

A respeito da seletividade, Cook (2017) entende que ela não é um problema em si, tendo em vista que se trata de uma característica intrínseca ao noticiário: "Os repórteres só podem atender a alguns dos eventos possíveis" (COOK, 2017, p. 206). Também destaca que a seletividade, em si mesma, não se traduz automaticamente em uma notícia enviesada: "Afinal, não obteríamos

uma visão enviesada do mundo se as notícias tomassem uma amostra aleatória de todos os eventos possíveis a cada dia" (idem).

O problema é quando essa seletividade se restringe a determinadas fontes, temáticas e opiniões. A cobertura eleitoral se torna enviesada e partidarizada, principalmente do ponto de vista estrutural. No caso do Jornal da Manhã da Jovem Pan, o jornalismo perde o seu poder de negociação com a fonte e sua relevância social de ser um prestador de serviço aos cidadãos, no sentido de fazer a mediação na sociedade, para contrapor possíveis declarações imprecisas ou até mesmo mentirosas, com intuito de propagar *fake news*. O estudo revela a predominância de fontes oficiais alinhadas ao governo federal mesmo na cobertura das convenções eleitorais de 2022, restritas aos temas do campo político, envolvendo, principalmente, quem estava à frente das pesquisas eleitorais, o conteúdo das campanhas em si, e o discurso governista vigente.

Essa estratégia de reforço às declarações governamentais e em evidenciar uma pauta neoconservadora, autoritária e sem o rigor apontado como algo necessário ao rádio informativo, como destaca Meditsch (2001), é algo recorrente na Jovem Pan. É possível perceber uma espécie de reforço e naturalização de pseudofatos e mentiras com o interesse de defender as políticas do governo vigente.

Bibliografia

ARAÚJO, Bruno; FEITOSA, Adriano Lima; MARIA, Giovanna Silva; OLIVEIRA, Bruno Henrique; e BARBOSA, Úrsula Rodrigues. Dilma Rousseff no Jornal Nacional: a construção do ethos político e jornalístico na entrevista política televisiva. **Revista Compólitica**, vol. 7(2), p. 182-201, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CHAGAS, Luã José Vaz; CRUZ, Márcio Camilo da. Nem tudo tem dois lados: a cobertura sobre a vacina no programa Os Pingos nos Is da Jovem Pan. **Anais do 19o Encontro Anual da SBPJR**. Comunicação coordenada da Rede de Pesquisa

em Radiojornalismo (RadioJor), Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), 2021.

CHAGAS, Luãn. A Sonora como Materialização do Acontecimento e a Naturalização dos Fatos na Seleção Das Fontes. **Anais do XXIX Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 a 25 de junho de 2020.

COOK, Timothy E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.6, jul/dez. 2011.

GONÇALVES, Regina. **Telejornalismo na Cibercultura**: A incidência do Jornalismo Declaratório nas TVs de Campina Grande e sua operacionalidade através do Whatsapp. Campina Grande-MT: UFP, 2018.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e mídias sociais**: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016a.

KRÄMER, Benjamin. **Media populism**: A conceptual clarification and some theses on its effects. *Communication Theory*24(1): 42–60, 2014.

LOPEZ, Debora Cristina. **Radiojornalismo hipermediático**: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica. Covilhã: UBI/LabCom Books, 2010.

LOPEZ, Debora Cristina; RUTILLI, Marizandra. Aproximações a uma abordagem teórico- metodológica a partir do newsmaking. In: BARICHELLO, Eugenia M. da R.; RUBLESCKI, Anelise. **Pesquisa em comunicação**: olhares e abordagens. Santa Maria: Facos – UFSM, 2014.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em Tempo Real**. O Fetiche da Velocidade. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NASCIMENTO, Solano. O Surgimento da Lava Jato e o sumiço do Jornalismo Investigativo: uma análise de Veja, Época e ISTOÉ. **V Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo**, 2017.

OLIVEIRA, Israel Dias de. **O que é Jornalismo declaratório**. São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2018.

O'NEILL, Dierdre; O' CONNOR, Catherine. The passive journalist: how sources dominate local news. **JournalismcPractice**, vol. 2, n. 3, p. 487-500, 2008.

RUBIM, Antônio Albino; COLLING, Leandro. Cobertura jornalística e eleições presidenciais de 2006 no Brasil. **Revista Política e Sociedade**, n. 10, pp. 173-193, 2007.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

SCHFFRIN, Anya. Introduction to Special Issue on Media Capture. **Journalism: Theory Practice & Criticism**. 19(8): 1033-1042, 2018.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

TAMBOSI, Orlando. Informação e conhecimento no jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. 2005, n.2, v.2, pp.31-38.